



CGU

SIMULADO ESPECIAL CGU

**Auditor Federal de Finanças e
Controle - Especialidade:
Auditoria - Pós-Edital**

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

1. Este simulado conta com questões focadas para o concurso **CGU**;
2. A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
3. As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
4. A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/SR9mEo9eHvPHdGV29>

01 - CE	18 - CE	35 - CE	52 - CE	69 - CE	86 - CE	103 - CE	120 - CE	137 - CE	154 - CE
02 - CE	19 - CE	36 - CE	53 - CE	70 - CE	87 - CE	104 - CE	121 - CE	138 - CE	155 - CE
03 - CE	20 - CE	37 - CE	54 - CE	71 - CE	88 - CE	105 - CE	122 - CE	139 - CE	156 - CE
04 - CE	21 - CE	38 - CE	55 - CE	72 - CE	89 - CE	106 - CE	123 - CE	140 - CE	157 - CE
05 - CE	22 - CE	39 - CE	56 - CE	73 - CE	90 - CE	107 - CE	124 - CE	141 - CE	158 - CE
06 - CE	23 - CE	40 - CE	57 - CE	74 - CE	91 - CE	108 - CE	125 - CE	142 - CE	159 - CE
07 - CE	24 - CE	41 - CE	58 - CE	75 - CE	92 - CE	109 - CE	126 - CE	143 - CE	160 - CE
08 - CE	25 - CE	42 - CE	59 - CE	76 - CE	93 - CE	110 - CE	127 - CE	144 - CE	161 - CE
09 - CE	26 - CE	43 - CE	60 - CE	77 - CE	94 - CE	111 - CE	128 - CE	145 - CE	162 - CE
10 - CE	27 - CE	44 - CE	61 - CE	78 - CE	95 - CE	112 - CE	129 - CE	146 - CE	163 - CE
11 - CE	28 - CE	45 - CE	62 - CE	79 - CE	96 - CE	113 - CE	130 - CE	147 - CE	164 - CE
12 - CE	29 - CE	46 - CE	63 - CE	80 - CE	97 - CE	114 - CE	131 - CE	148 - CE	165 - CE
13 - CE	30 - CE	47 - CE	64 - CE	81 - CE	98 - CE	115 - CE	132 - CE	149 - CE	166 - CE
14 - CE	31 - CE	48 - CE	65 - CE	82 - CE	99 - CE	116 - CE	133 - CE	150 - CE	167 - CE
15 - CE	32 - CE	49 - CE	66 - CE	83 - CE	100 - CE	117 - CE	134 - CE	151 - CE	168 - CE
16 - CE	33 - CE	50 - CE	67 - CE	84 - CE	101 - CE	118 - CE	135 - CE	152 - CE	169 - CE
17 - CE	34 - CE	51 - CE	68 - CE	85 - CE	102 - CE	119 - CE	136 - CE	153 - CE	170 - CE

RANKING CLASSIFICATÓRIO

Confira sua nota e posição no Ranking Classificatório e saiba o seu desempenho.

<http://estrategi.ac/xhlg83>

SISTEMA DE QUESTÕES

Acesse o link abaixo para fazer este simulado no Sistema de Questões.

<https://bit.ly/4zVbLvR>

CONHECIMENTOS BÁSICOS**ESTADO, DEMOCRACIA, DIREITOS E CIÊNCIA
POLÍTICA***Alessandra (Alê) Lopes*

1. A continuidade jurídica do Estado e a permanência de suas instituições não dependem da continuidade de um mesmo governo, razão pela qual a substituição de governantes não implica, por si só, a extinção da administração pública.
2. Na teoria weberiana, a dominação legal-racional repousa sobretudo na devoção às qualidades extraordinárias de um líder, enquanto a dominação carismática decorre da crença na legalidade das normas impessoais.
3. A instituição de conselhos de políticas públicas e de outros canais de participação social pode complementar os mecanismos eleitorais de representação, sem eliminar as competências e a responsabilidade dos representantes eleitos.
4. No sistema brasileiro de freios e contrapesos, a independência dos Poderes exclui instrumentos de fiscalização recíproca, pois toda forma de controle entre Executivo, Legislativo e Judiciário compromete a separação de poderes.
5. A autonomia constitucional de estados e municípios não afasta a necessidade de coordenação interfederativa em políticas públicas cujos resultados dependam de competências, recursos e capacidades distribuídos entre diferentes entes.
6. A discricionariedade de agentes públicos envolvidos na implementação de direitos autoriza decisões imunes à legalidade, à motivação e ao controle, desde que o agente alegue conhecimento técnico especializado.

7. Uma política pública que reduza custos administrativos, mas amplie injustificadamente barreiras de acesso para grupos vulneráveis, pode apresentar ganhos de eficiência operacional sem produzir resultado satisfatório em termos de equidade e valor público.

8. A mera existência de um conflito de interesses comprova, por si só, a prática de corrupção consumada, sendo desnecessário averiguar a conduta do agente, o contexto decisório e a ocorrência de favorecimento indevido.

9. A captura de políticas públicas pode ocorrer quando agentes privados obtêm influência indevida sobre decisões estatais; distingui-la da representação legítima de interesses requer examinar procedimentos, transparência, assimetrias de acesso e favorecimento.

10. A presença de empresas estatais na infraestrutura ou no financiamento de longo prazo é incompatível, em qualquer hipótese, com economias que também utilizem mecanismos de mercado e regulação privada.

**SOCIEDADE BRASILEIRA, DESIGUALDADES,
DIVERSIDADE E DESENVOLVIMENTO***Alessandra (Alê) Lopes*

11. As instituições sociais orientam expectativas e comportamentos por meio de regras e práticas formais e informais; por isso, a socialização não se limita à transmissão de normas jurídicas pelo Estado.

12. A existência de mobilidade social individual em determinada sociedade demonstra necessariamente que as desigualdades estruturais de origem social deixaram de influenciar as oportunidades educacionais e ocupacionais.

13. Redes de relações sociais podem facilitar o acesso desigual a informações, oportunidades e recursos, o que ajuda a compreender a reprodução de vantagens entre grupos mesmo quando regras formais estabelecem tratamento igualitário.

14. A abolição jurídica da escravidão em 1888 foi acompanhada por ampla redistribuição de terras e universalização imediata de direitos sociais, eliminando as hierarquias raciais e patrimoniais herdadas do regime escravista.

15. A ampliação constitucional de direitos pode coexistir com barreiras administrativas que limitam seu exercício efetivo; por isso, o estudo da cidadania deve considerar tanto o reconhecimento formal quanto as condições concretas de acesso.

16. A transição demográfica caracteriza-se exclusivamente pelo aumento da fecundidade e da mortalidade, motivo pelo qual ela dispensa a análise das necessidades de cuidado e proteção social de pessoas idosas.

17. Indicadores nacionais agregados podem ocultar disparidades entre regiões e entre áreas urbanas e rurais, razão pela qual a análise de desigualdades territoriais demanda desagregação e atenção ao contexto.

18. O trabalho por conta própria e o trabalho informal são categorias equivalentes, de modo que toda pessoa ocupada por conta própria deve ser necessariamente classificada como informal, independentemente das características de sua atividade.

19. Uma política que avalie conjuntamente raça, gênero, deficiência e território pode identificar barreiras sobrepostas de acesso a direitos que

ficariam menos visíveis em análises restritas a um único marcador social.

20. A redução da taxa média de pobreza de um país permite concluir, sem informações adicionais, que diminuiriam na mesma intensidade a vulnerabilidade climática e as desigualdades de acesso a saúde, habitação e saneamento.

ÉTICA PÚBLICA E RESPONSABILIDADE PROFISSIONAL

Tiago Zanolla

21. Marina, Auditora Federal de Finanças e Controle da CGU, coordena a revisão do programa de integridade de uma autarquia federal. Na reunião de abertura, o dirigente da entidade diz que “integridade é simplesmente não aceitar propina”. Segundo ele, a autarquia não precisa mapear riscos, porque nenhum de seus servidores jamais foi condenado por corrupção.

Nesse cenário, considerando o conceito de integridade pública adotado pela OCDE e a noção de risco para a integridade utilizada no Poder Executivo federal, risco para a integridade é o evento de corrupção ou fraude já consumado e apurado em processo próprio.

22. Rodrigo, diretor de logística de um ministério, conduz uma contratação seguindo todas as etapas formais da legislação. No termo de referência, porém, define especificações que só o produto da empresa de um amigo atende. Questionado, ele responde: “Está tudo dentro da lei”.

Considerando as disposições do Decreto nº 1.171/1994, julgue:

O servidor não pode desprezar o elemento ético de sua conduta e deve decidir principalmente entre o honesto e o desonesto. Assim, ter cumprido as formalidades legais não afasta a falta ética de Rodrigo.

23. Helena, Auditora Federal de Finanças e Controle da CGU, identifica uma falha grave na execução de um programa social. Um colega sugere que ela atenuie o achado no relatório, porque a divulgação pode gerar desgaste político e atrasar o repasse de recursos às famílias atendidas. Helena se recusa: para ela, omitir ou distorcer a verdade num relatório de auditoria é inaceitável em qualquer circunstância, sejam quais forem os efeitos.

Nesse cenário, considerando a distinção formulada por Max Weber entre ética da convicção e ética da responsabilidade, julgue o item a seguir.

A postura de Helena expressa a ética da convicção: ela se orienta por um princípio que considera absoluto e dá mais valor à correção da conduta do que ao resultado concreto, lógica que se aproxima do “dever pelo dever” de Kant.

24. A crítica técnica e respeitosa de um servidor público não configura falta ética de forma automática. Na análise da conduta, contam o tom, a identificação como servidor, o impacto na instituição e o uso de canais adequados.

25. O sigilo profissional alcança só as informações que foram expressamente confiadas ao profissional, e não aquilo que ele veio a conhecer em razão da posição que ocupa.

27. A lei orçamentária anual, por detalhar a programação do exercício, prevalece sobre o plano plurianual e sobre a lei de diretrizes orçamentárias, podendo redefinir as prioridades estabelecidas na LDO desde que haja disponibilidade de recursos.

28. Os ingressos de caixa provenientes de cauções e depósitos de terceiros não constituem receita pública orçamentária, pois são entradas provisórias, sujeitas a restituição, e têm natureza de ingresso extraorçamentário.

29. Como a LDO estabelece as metas fiscais, em especial a de resultado primário, a existência de grande volume de despesas obrigatórias não afeta o espaço disponível para as despesas discricionárias, que permanece determinado apenas pela programação das políticas públicas.

30. A sustentabilidade das ações públicas exige que se considerem os efeitos da despesa para além do exercício financeiro, razão pela qual a Constituição vincula os investimentos plurianuais ao plano plurianual e a Lei de Responsabilidade Fiscal exige compensação para a criação de despesa obrigatória de caráter continuado.

PLANEJAMENTO E RECURSOS

Gabriela Zavadinack

26. Em razão da escassez de recursos, o orçamento público materializa escolhas alocativas, pois a decisão de destinar recursos a determinada ação implica renunciar a outras alternativas de aplicação, de modo que o planejamento e o orçamento funcionam como instrumentos de priorização das políticas públicas.

**ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E
FUNDAMENTOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS***Stefan Fantini*

Acerca dos modelos teóricos de administração pública, julgue os itens a seguir.

31. O modelo burocrático de administração pública fundamenta-se na autoridade racional-legal e na adoção de mecanismos formais de controle, buscando combater práticas patrimonialistas, como a corrupção e o nepotismo. Nesse modelo, o controle administrativo ocorre predominantemente *a posteriori*, com ênfase na verificação dos resultados alcançados pela administração.

32. A administração pública gerencial caracteriza-se pela orientação para resultados, pela descentralização administrativa, pela flexibilização de procedimentos e pelo estímulo à inovação. Além disso, esse modelo privilegia a verticalização das estruturas organizacionais, com o fortalecimento dos níveis hierárquicos.

33. Enquanto o modelo burocrático de administração pública privilegia a centralização das decisões e apresenta uma orientação autorreferente, voltada aos próprios processos administrativos, o modelo gerencial caracteriza-se pela descentralização administrativa e pela orientação ao cidadão.

Com base na Accountability, Governabilidade e governança, julgue os itens a seguir.

34. No âmbito da administração pública, o conceito de *accountability* compreende a obrigação de os gestores públicos prestarem contas de suas ações, assegurando a transparência de seus atos e a possibilidade de responsabilização pelos atos praticados no exercício de suas funções.

35. Enquanto a governança se relaciona à capacidade política de governar e à legitimidade, a governabilidade está associada à capacidade do governo de formular e implantar políticas públicas.

Com base na gestão por resultados e nos processos participativos de gestão pública, julgue os itens a seguir.

36. A gestão por resultados na administração pública caracteriza-se pela descentralização do processo decisório e pela priorização do controle dos meios e procedimentos administrativos, com foco nos processos de gestão.

37. Os denominados conselhos gestores de políticas públicas, compostos exclusivamente por representantes da sociedade civil, permitem que os cidadãos participem e fiscalizem a administração pública, configurando verdadeiros instrumentos de expressão, representação e participação popular.

Acerca de políticas públicas, julgue os itens a seguir.

38. As políticas públicas redistributivas caracterizam-se pela concessão de benefícios a grupos específicos da sociedade, enquanto os custos são distribuídos de maneira difusa por toda a coletividade. Em razão dessa distribuição dos custos, tais políticas tendem a apresentar baixo nível de conflito entre os diferentes grupos sociais.

39. A Análise Custo-Efetividade (ACE) é uma técnica de avaliação de políticas públicas que permite comparar os custos e os benefícios de programas governamentais, desde que ambos possam ser expressos em valores monetários.

40. No ciclo de políticas públicas, a fase de formulação de políticas públicas corresponde à etapa em que são desenvolvidas, selecionadas e especificadas as alternativas para tratar de eventuais problemas na agenda do governo. A fase de implementação das políticas públicas, por sua vez, consiste na etapa em que são executadas as ações necessárias para colocar em prática as decisões e os planos anteriormente estabelecidos.

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

FUNDAMENTOS DE GOVERNANÇA, RISCOS E INTEGRIDADE PÚBLICA E PRIVADA

Rodrigo Rennó

41. No arranjo de governança de uma organização, as funções de direção, de gestão e de controle são distintas: à direção cabe definir o rumo e exercer a supervisão; à gestão, executar as ações no dia a dia; e ao controle, avaliar e assegurar a prestação de contas sobre os resultados alcançados.

42. Os controles preventivos atuam antes da ocorrência do evento de risco, buscando evitá-lo, ao passo que os controles detectivos destinam-se a identificar eventos ou falhas que já tenham ocorrido.

43. O risco residual corresponde ao nível de risco existente antes da aplicação de qualquer medida de controle pela organização.

44. Entre os elementos de um programa de integridade pública incluem-se o comprometimento da alta liderança, a orientação ética, a avaliação de riscos à integridade e a existência de canais de relato, com o devido acompanhamento das ações deles decorrentes.

45. A proteção ao denunciante é incompatível com os programas de integridade, pois a preservação de sua identidade compromete a adequada apuração dos fatos relatados.

46. No setor privado, um programa de integridade contempla a realização de diligências proporcionais sobre terceiros, como fornecedores e parceiros de negócio, de modo a mitigar riscos decorrentes da atuação desses agentes.

47. A simples existência formal de um programa de integridade, documentada em normas e políticas internas, é suficiente para comprovar a sua efetividade.

48. A ausência de denúncias registradas em determinada organização constitui evidência segura de que não existem irregularidades em suas atividades.

FUNDAMENTOS DE TRANSPARÊNCIA, OUVIDORIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Rodrigo Rennó

49. No regime de acesso à informação, a publicidade é a regra e o sigilo, a exceção; nesse contexto, a transparência ativa consiste na divulgação espontânea de informações de interesse coletivo, independentemente de solicitação, ao passo que a transparência passiva decorre de pedido formulado pelo interessado.

50. Verificada a existência de parcela sigilosa em um documento, deve-se negar integralmente o acesso a ele, ainda que as demais informações nele contidas sejam públicas.

51. Dados pessoais e dados pessoais sensíveis são expressões equivalentes, de modo que ambos recebem exatamente o mesmo tratamento jurídico quanto às salvaguardas exigidas.
52. Entre as finalidades da ouvidoria estão o acolhimento e o encaminhamento das manifestações dos usuários, bem como a proteção da identidade do manifestante e a prevenção de retaliação.
53. Ao receber uma manifestação, cabe à ouvidoria, de imediato, decidir sobre a responsabilidade do agente apontado e aplicar a sanção cabível.
54. A participação e o controle social são exercidos por instrumentos como conselhos, consultas públicas e a escuta de usuários, cuja efetividade pode ser limitada por barreiras à participação e pela baixa representatividade dos participantes.
55. A mera disponibilização de grande volume de dados no Portal da Transparência é suficiente para assegurar o efetivo controle social, independentemente da qualidade, da atualização e da cobertura das informações divulgadas.
56. No campo da integridade da informação, distinguem-se fato, alegação e interpretação, sendo possível diferenciar a crítica legítima da desinformação, esta última caracterizada pela difusão de conteúdo comprovadamente falso ou enganoso.

FUNDAMENTOS DE DIREITO PÚBLICO APLICADO, CONTROLE E RESPONSABILIZAÇÃO

Herbert Almeida

A ouvidoria de determinado ministério recebeu relato, devidamente identificado, de que Paulo, servidor ocupante de cargo efetivo e coordenador da área de contratações, teria direcionado a contratação da empresa Alfa Ltda. para a prestação de serviços de manutenção predial, mediante a inclusão no edital de exigências técnicas que somente ela atendia, e de que constrangia publicamente os subordinados que questionavam suas decisões. Diante do relato, a secretária-executiva do ministério adotou as seguintes providências: declarou a nulidade do contrato firmado com a Alfa Ltda., em decisão que se limitou a afirmar que a contratação ofendia os princípios da moralidade e da impessoalidade; determinou a realização de investigação preliminar, conduzida sem a participação de Paulo, para levantar elementos sobre os fatos relatados; e encaminhou o caso para a apuração da responsabilidade da empresa com base na Lei n.º 12.846/2013.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

57. A decisão que declarou a nulidade do contrato está adequadamente motivada, pois, havendo ofensa aos princípios da moralidade e da impessoalidade, a invalidação decorre diretamente desses valores, sendo dispensável a indicação das consequências jurídicas e administrativas da medida.
58. Caso a investigação preliminar reúna elementos robustos de que Paulo direcionou a contratação, a autoridade poderá aplicar-lhe, com base apenas no relatório dessa investigação, a penalidade de suspensão por vinte dias, uma vez que as penalidades de suspensão de até trinta dias dispensam a instauração de processo administrativo disciplinar.

59. A Alfa Ltda. poderá ser responsabilizada administrativamente independentemente da comprovação de culpa e da responsabilização individual de Paulo; eventual acordo de leniência celebrado pela empresa, por sua vez, não a eximirá da obrigação de reparar integralmente o dano nem afastará a apuração, em processo disciplinar, da responsabilidade de Paulo.

Em auditoria sobre programa federal de distribuição de equipamentos a escolas municipais, a Controladoria-Geral da União (CGU) constatou que a unidade gestora do ministério responsável não realizava conferência sistemática das prestações de contas apresentadas pelos municípios beneficiados. A equipe de auditoria também identificou indícios de sobrepreço em contrato firmado pelo próprio ministério para a aquisição dos equipamentos, fato que foi confirmado após as diligências cabíveis. Paralelamente, o Tribunal de Contas da União (TCU) incluiu o programa em seu plano de fiscalização.

Considerando essa situação hipotética e as competências dos sistemas de controle interno e externo, julgue os itens a seguir.

60. Ao tomarem conhecimento das irregularidades, os responsáveis pelo controle interno deverão dar ciência ao TCU, sob pena de responsabilidade solidária; não compete à CGU, contudo, julgar as contas dos gestores envolvidos nem lhes aplicar a multa proporcional ao dano causado ao erário, atribuições que a Constituição Federal confere ao TCU.

61. Diante dos indícios de sobrepreço, o TCU poderá determinar à CGU a realização de auditoria específica sobre o contrato, ficando o órgão de controle interno obrigado a executá-la, uma vez que a Constituição Federal atribui ao controle interno a função de apoiar o controle externo.

62. Se a CGU recomendar a implantação de rotina de conferência das prestações de contas, caberá aos gestores do programa instituir e manter esse controle, não devendo a unidade de auditoria assumir tal responsabilidade, ainda que a recomendação decorra de serviço de consultoria solicitado pela própria unidade gestora.

63. Se o ministério não adotar, no prazo assinado pelo TCU, as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, o Tribunal poderá sustar diretamente a execução do contrato, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal.

64. Os achados da auditoria podem resultar, de forma independente, no julgamento, pelo TCU, das contas dos responsáveis pelo prejuízo, com eventual imputação de débito, e na instauração ou avocação, pela CGU, de processo administrativo disciplinar contra os servidores federais envolvidos, cabendo à CGU encaminhar à Advocacia-Geral da União os casos que configurarem improbidade administrativa.

FUNDAMENTOS DE EVIDÊNCIAS, DADOS E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Lucas Ianni

65. Julgue o item a seguir, referente à análise de informações em trabalhos de avaliação.

Em relatório de avaliação de um programa de distribuição de alimentos, a equipe registrou que 1.200 cestas foram entregues em março, enquanto o cadastro indicava 1.500 famílias elegíveis. Com base nisso, concluiu que a gestão municipal agiu de forma irresponsável com a população. Nessa situação, a afirmação de que a gestão foi irresponsável constitui um dado, pois decorre diretamente dos registros administrativos examinados.

66. Julgue o item a seguir, referente à leitura de indicadores sobre corrupção.

A ouvidoria de um órgão público registrou aumento de 60% no número de denúncias de corrupção em relação ao ano anterior, logo após uma ampla campanha de divulgação de seu canal. Nesse caso, o crescimento observado permite concluir que a ocorrência de corrupção no órgão aumentou na mesma proporção, já que o número de denúncias corresponde a uma medida direta da incidência do fenômeno.

67. Julgue o item a seguir, referente a inferências a partir de dados.

Ao comparar municípios, um analista verificou que aqueles que receberam mais auditorias também apresentaram mais irregularidades identificadas. Essa associação, por si só, não autoriza concluir que a realização de auditorias provoca irregularidades. É necessário considerar explicações alternativas, como a de que municípios com mais problemas atraem mais auditorias ou a de que um terceiro fator, como o volume de recursos geridos, influencia ambas as variáveis.

68. Julgue o item a seguir, referente a erros de raciocínio na análise de dados.

Um estudo comparativo constatou que os estados com maior proporção de cargos comissionados em suas secretarias apresentam também mais irregularidades em contratações públicas. Concluir, apenas com base nesses dados agregados por estado, que cada servidor comissionado tem, individualmente, maior propensão a cometer irregularidades configura falácia ecológica.

69. Julgue o item a seguir, referente à proteção de informantes em trabalhos de levantamento.

Em relatório sobre clima de integridade de uma unidade com seis servidores, a equipe omitiu os nomes dos entrevistados, mas vinculou cada relato citado ao cargo, ao setor e ao tempo de exercício de

quem o prestou. Nessa situação, a omissão dos nomes é suficiente para assegurar a confidencialidade prometida, pois apenas identificadores diretos, como nome e CPF, permitem reconhecer quem prestou a informação.

70. Julgue o item a seguir, referente às condições de proteção de pessoas que fornecem informações.

No mesmo semestre, uma controladoria apoiou uma pesquisa acadêmica com servidores sobre percepção de integridade e recebeu, por sua ouvidoria, relatos de irregularidades em contratos. Nessas situações, a proteção do participante da pesquisa apoia-se no consentimento livre e esclarecido, que pode ser recusado ou retirado a qualquer momento sem penalização. Já a proteção do denunciante tem como eixos centrais a preservação de sua identidade e a proteção contra retaliações decorrentes do relato.

71. Julgue o item a seguir, referente ao uso responsável de inteligência artificial.

Uma equipe passou a usar um modelo de linguagem para resumir relatórios de auditoria. Em uma das sínteses, o sistema atribuiu ao relatório uma recomendação que não constava do documento original, redigida de forma coerente e convincente. Essa falha exemplifica a chamada alucinação, isto é, a geração de conteúdo plausível, porém não sustentado pelas fontes, o que torna necessária a conferência das sínteses com os documentos de origem antes de seu uso.

72. Julgue o item a seguir, referente ao uso de inteligência artificial na administração pública.

Um órgão estuda adotar um sistema de inteligência artificial para indeferir automaticamente pedidos de benefício assistencial que não atinjam determinada pontuação. Por se tratar de decisão que afeta direitos, é recomendável manter supervisão humana efetiva, informar ao interessado os critérios utilizados e assegurar meios de contestação, já que a automação não transfere ao sistema a responsabilidade do órgão pela decisão.

FUNDAMENTOS DE AUDITORIA GOVERNAMENTAL E ATUAÇÃO INTEGRADA DA CGU

Guilherme Sant'Anna

73. A auditoria interna governamental é uma atividade independente e objetiva de avaliação e de consultoria, desenhada para adicionar valor e melhorar as operações de uma organização.

74. A auditoria interna governamental caracteriza-se como uma atividade de apuração e de consultoria, destinada a adicionar valor e melhorar as operações das organizações públicas.

75. O propósito da auditoria interna governamental é aumentar e proteger o valor organizacional das instituições públicas, mediante avaliação, assessoria e aconselhamento baseados na conformidade legal.

76. A primeira linha de defesa é responsável por identificar, avaliar, controlar e mitigar os riscos, guiando o desenvolvimento e a implementação de políticas e procedimentos internos alinhados às metas e aos objetivos da organização.

77. A segunda linha de defesa é representada pela auditoria interna governamental, que presta serviços de avaliação e de consultoria com autonomia técnica e objetividade.

78. A definição do Plano de Auditoria Interna integra a execução dos trabalhos e consiste na identificação das atividades que serão realizadas prioritariamente pela UAIG em determinado período.

79. Nos trabalhos de avaliação, a natureza, o objetivo e o escopo são estabelecidos conjuntamente pela UAIG e pelo solicitante na fase inicial do trabalho.

80. Nos trabalhos de consultoria, o monitoramento pode ocorrer ou não, conforme definido com o cliente na etapa de planejamento dos trabalhos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

AUDITORIA GOVERNAMENTAL: AVALIAÇÃO, CONSULTORIA E APURAÇÃO

Tonyvan Carvalho

81. A independência e a objetividade constituem pressupostos fundamentais da auditoria interna governamental. A primeira está associada à autonomia técnica da unidade de auditoria interna governamental, enquanto a segunda se relaciona à atitude imparcial e isenta do auditor, razão pela qual a existência de autonomia organizacional não afasta, por si só, possíveis ameaças à objetividade individual.

- 82.** Em auditoria operacional realizada sobre determinado programa governamental, a equipe poderá avaliar a eficiência e a eficácia das atividades executadas, bem como propor oportunidades de aperfeiçoamento. Entretanto, por se tratar de auditoria de desempenho, a avaliação dos processos de governança e gerenciamento de riscos deverá ser objeto de trabalho independente, sendo vedada sua incorporação ao escopo da auditoria operacional.
- 83.** As etapas de planejamento, execução, comunicação dos resultados e monitoramento são sequenciais e estanques, de modo que a identificação de novos riscos durante a execução não autoriza a revisão do planejamento inicialmente aprovado, sob pena de comprometimento da objetividade e da rastreabilidade dos trabalhos.
- 84.** Durante trabalho de consultoria destinado ao aprimoramento da gestão de riscos de determinada entidade pública, os auditores internos poderão facilitar reuniões, apresentar metodologias e orientar a identificação de riscos. A decisão sobre quais riscos serão aceitos e quais respostas serão implementadas, contudo, permanece sob responsabilidade da administração.
- 85.** Durante serviço de consultoria, a equipe de auditoria identificou indícios relevantes de irregularidades praticadas por agentes públicos. Nessa situação, os auditores deverão necessariamente concluir o trabalho de consultoria antes de comunicar os fatos ao supervisor, uma vez que a interrupção antecipada poderia caracterizar descumprimento do escopo previamente acordado.
- 86.** A distinção entre fraude e erro decorre essencialmente da intencionalidade da conduta. Assim, a existência de distorção relevante ou prejuízo ao erário não é, isoladamente, suficiente para caracterizar fraude, sendo necessária a consideração de elementos que indiquem ação ou omissão intencional.
- 87.** A participação de profissionais externos à unidade de auditoria interna governamental é incompatível com o requisito de autonomia técnica, razão pela qual o MOT admite exclusivamente a utilização de servidores formalmente lotados na própria unidade para executar procedimentos e produzir evidências de auditoria.
- 88.** A existência de ameaça à objetividade do auditor não implica, necessariamente, a impossibilidade definitiva de sua participação em determinado trabalho, devendo a situação ser avaliada e, quando possível, tratada mediante salvaguardas adequadas que reduzam o risco de comprometimento do julgamento profissional.
- 89.** A inexistência de processo formal de gerenciamento de riscos na unidade auditada impede a elaboração de Plano de Auditoria Interna baseado em riscos, pois a unidade de auditoria não pode realizar avaliação própria dos riscos sem assumir responsabilidades que competem exclusivamente à administração.
- 90.** O risco inerente corresponde à suscetibilidade de determinado objeto à ocorrência de eventos capazes de comprometer seus objetivos, independentemente dos controles existentes. Por sua vez, a avaliação do risco de controle considera a possibilidade de os controles internos não prevenirem, detectarem ou corrigirem tempestivamente tais eventos.

91. O risco de detecção relaciona-se à possibilidade de os procedimentos executados pelo auditor não identificarem distorções ou situações relevantes existentes. Diferentemente dos riscos inerente e de controle, pode ser influenciado diretamente pela natureza, época e extensão dos procedimentos de auditoria.

92. Os testes de controle destinam-se à avaliação do funcionamento dos controles internos, enquanto os procedimentos substantivos buscam identificar situações relevantes relacionadas ao objeto auditado. Consequentemente, a execução de testes de controle satisfatórios elimina a necessidade de procedimentos substantivos, independentemente dos objetivos do trabalho.

93. A confirmação externa, também denominada circularização, consiste na obtenção de informações junto a terceiros. Por se tratar de evidência proveniente de fonte externa à unidade auditada, sua confiabilidade é absoluta, dispensando o auditor de avaliar as circunstâncias de obtenção e eventuais inconsistências com outras evidências.

94. O rastreamento e o vouching apresentam sentidos distintos de verificação: enquanto o primeiro pode partir dos documentos que originaram determinada operação em direção ao seu registro, o segundo pode partir do registro para examinar a documentação que lhe dá suporte.

95. A utilização de amostragem em auditoria pressupõe que a equipe examine parcela dos elementos de determinada população para obter evidências relacionadas aos objetivos do trabalho. A definição da amostra deve considerar as características da população e os riscos envolvidos, não sendo suficiente selecionar elementos exclusivamente pela facilidade de acesso.

96. A suficiência das evidências relaciona-se à quantidade necessária para fundamentar os resultados da auditoria, enquanto atributos como confiabilidade, relevância e utilidade contribuem para avaliar sua qualidade. Dessa forma, o aumento do volume de evidências não compensa, necessariamente, deficiências significativas de qualidade.

97. Na elaboração de achados de auditoria, a identificação da condição encontrada e do critério utilizado para avaliação permite evidenciar eventual discrepância entre a situação existente e a esperada. A investigação das causas e dos efeitos dessa discrepância contribui para fundamentar conclusões e recomendações voltadas ao aperfeiçoamento da gestão.

98. Os papéis de trabalho devem permitir a compreensão dos procedimentos executados, das evidências obtidas e das conclusões alcançadas. A existência de relatório final detalhado não elimina a necessidade de documentação adequada do trabalho, inclusive para fins de supervisão, revisão e controle de qualidade.

FINANÇAS PÚBLICAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE PÚBLICA

Leandro Ravyelle

99. O direito financeiro brasileiro goza, em determinadas matérias, da característica de sistema normativo de votação qualificada, pois se exige, frequentemente, sua regulação por meio de leis complementares, como é o caso de condições e limites para concessão, ampliação ou prorrogação de incentivo ou benefício de natureza tributária.

100. A função distributiva busca promover uma distribuição de renda mais equitativa por meio da tributação, das transferências e da provisão de bens e serviços públicos.

Acerca do resultados primário e nominal, déficit e necessidades de financiamento fo Governo Federal, julgue os itens que se seguem.

101. No cálculo do resultado primário acima da linha, deve ser incluído o impacto das receitas e despesas do RPPS.

102. O objetivo da apuração dos resultados primário e nominal é verificar o cumprimento das metas fiscais estabelecidas na LDO de forma a garantir o equilíbrio das contas públicas conforme planejado.

103. O resultado nominal é obtido a partir do cotejo entre receitas e despesas orçamentárias de um dado período que impactam efetivamente a dívida pública do ente, logo, é caracterizado como o esforço fiscal direcionado à diminuição do estoque da dívida pública.

Acerca de orçamento e planejamento, julgue os itens que se seguem.

104. Durante a elaboração da proposta orçamentária de determinado órgão da Administração Pública federal, a unidade responsável pelo planejamento propôs a implantação de um programa de modernização dos serviços de atendimento ao cidadão, com previsão de investimentos em sistemas informatizados, capacitação de servidores e reorganização dos processos administrativos. Para fundamentar a proposta, a equipe técnica vinculou os recursos necessários a um objetivo estratégico previsto no Plano Plurianual (PPA), estabelecendo como metas a redução do tempo médio de atendimento, a ampliação da capacidade operacional e a melhoria dos índices de satisfação dos usuários. Além disso, foram definidos indicadores destinados a acompanhar os resultados

alcançados e subsidiar a avaliação da atuação governamental.

Considerando as características das técnicas orçamentárias e a sistemática de planejamento e orçamento adotada no setor público brasileiro, a abordagem descrita corresponde à aplicação do orçamento de desempenho, pois a vinculação das dotações a indicadores operacionais dispensa sua integração aos instrumentos de planejamento governamental, privilegiando exclusivamente os produtos entregues pela Administração.

105. O orçamento participativo caracteriza-se pela vinculação entre os recursos alocados e os objetivos e metas a serem atingidos, permitindo a avaliação da eficiência e da efetividade das políticas públicas.

106. Durante a elaboração da proposta orçamentária de determinado município, a Administração instituiu assembleias territoriais e consultas públicas para que representantes da sociedade civil apresentassem demandas, debatessem prioridades e participassem da definição de projetos de investimento a serem contemplados na Lei Orçamentária Anual (LOA).

Embora tenham surgido divergências entre os participantes quanto à distribuição dos recursos disponíveis, a Administração assegurou transparência aos critérios de seleção e promoveu a negociação das prioridades, observados os limites fiscais e as diretrizes do planejamento governamental.

Nessa situação hipotética, a adoção do orçamento participativo, ao ampliar a transparência e incorporar a sociedade ao processo de definição das prioridades orçamentárias, pode contribuir para a redução de conflitos distributivos e para o fortalecimento da legitimidade das decisões governamentais, sem afastar as competências constitucionais dos Poderes Executivo e Legislativo no processo orçamentário.

107. Na década de 1960, a Administração Pública norte-americana passou a adotar uma sistemática orçamentária que buscava superar a ênfase tradicional no controle dos insumos, mediante a integração entre o planejamento de longo prazo, a programação das ações governamentais e a alocação anual de recursos. Nesse modelo, a escolha entre programas alternativos deveria considerar seus objetivos, custos e benefícios esperados, de modo a conferir maior racionalidade às decisões de gasto público.

Nessa situação, a sistemática descrita corresponde ao Planning, Programming and Budgeting System (PPBS), cuja concepção representou um avanço na aproximação entre planejamento e orçamento, mediante a utilização de instrumentos de análise de alternativas e de avaliação dos custos e resultados esperados das ações governamentais.

Acerca das normas legais sobre orçamento público e gestão financeira, julgue os itens que se seguem.

108. A disponibilização da Lei Orçamentária Anual e dos relatórios de execução orçamentária em meio eletrônico é suficiente para assegurar a observância dos princípios da publicidade e da transparência, uma vez que ambos possuem conteúdo jurídico equivalente, sendo dispensável a adoção de mecanismos adicionais de acesso à informação e participação popular.

109. Durante a fiscalização da execução orçamentária de determinado município, constatou-se que recursos transferidos pela União, decorrentes de emenda parlamentar individual impositiva, foram utilizados exclusivamente na aquisição de equipamentos hospitalares, conforme a finalidade estabelecida na programação orçamentária.

Nessa situação, a destinação específica dos recursos caracteriza violação ao princípio da não afetação da receita de impostos, uma vez que a Constituição Federal veda a vinculação de receitas públicas a despesas determinadas, inclusive quando provenientes de emendas parlamentares.

110. Considere que a União pretenda instituir um plano nacional de infraestrutura logística com horizonte de execução de doze anos, abrangendo investimentos ferroviários, portuários e rodoviários. Nessa situação, embora sua duração ultrapasse a vigência quadrienal do Plano Plurianual (PPA), o referido plano deverá ser elaborado em consonância com o PPA e apreciado pelo Congresso Nacional, conforme determina a Constituição Federal de 1988.

111. Determinada empresa pública federal não dependente de recursos do Tesouro Nacional para o custeio de suas despesas com pessoal pretende conceder reajuste salarial aos seus empregados. Nessa situação, a concessão do reajuste dependerá, obrigatoriamente, de autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), uma vez que a Constituição Federal submete todas as empresas estatais, independentemente de sua condição de dependência financeira, à referida exigência.

Acerca da Programação orçamentária e financeira; limites de empenho e pagamento, contingenciamento e bloqueio no escopo do programa, julgue os itens a seguir.

112. Durante a execução orçamentária, determinado órgão público emitiu nota de empenho para a contratação de serviços de manutenção predial, sem realizar previamente o registro de pré-empenho. Nessa situação, a ausência do pré-empenho compromete a regularidade da despesa, uma vez que esse procedimento constitui etapa obrigatória de reserva de dotação, cuja inobservância invalida o empenho posteriormente emitido.

113. Em 2026, determinado órgão do Poder Judiciário descentralizou R\$ 12 milhões em créditos orçamentários para suas unidades gestoras, dos quais R\$ 9 milhões foram empenhados até o encerramento do exercício financeiro, permanecendo R\$ 3 milhões sem empenho. Nessa situação, o saldo não utilizado deverá ser inscrito em restos a pagar não processados, uma vez que os créditos descentralizados integram a programação orçamentária das unidades beneficiárias.

114. Em 2026, determinado órgão público reconheceu obrigação decorrente de serviços prestados em 2025, cujo pagamento não foi processado na época própria e para a qual não havia restos a pagar inscritos. Nessa situação, desde que reconhecida a obrigação pela autoridade competente e observados os demais requisitos legais, a despesa poderá ser paga à conta de dotação específica consignada no orçamento de 2026, mediante novo empenho, na classificação de despesas de exercícios anteriores.

115. Ao organizar os procedimentos de arrecadação de determinado órgão federal, um analista recomendou a utilização da Guia de Recolhimento da União (GRU) tanto para o recebimento de taxas administrativas e valores decorrentes da prestação de serviços públicos quanto para o recolhimento de tributos e contribuições previdenciárias administrados pela Receita Federal do Brasil, sob o argumento de que a GRU constitui instrumento universal de arrecadação das receitas federais.

Nessa situação, a orientação do analista está correta, pois a GRU pode substituir os demais documentos de arrecadação federal, independentemente da natureza da receita e do órgão responsável por sua administração.

116. Durante a execução financeira do orçamento federal, determinado órgão da administração direta recebeu recursos provenientes da arrecadação de receitas próprias. Nessa situação, os valores

deverão observar o regime de unidade de tesouraria, sendo mantidos na Conta Única do Tesouro Nacional, depositada no Banco Central do Brasil e administrada pela Secretaria do Tesouro Nacional, sem prejuízo da identificação individualizada dos recursos pertencentes ao órgão.

POLÍTICAS PÚBLICAS E MÉTODOS DE INVESTIGAÇÃO E AVALIAÇÃO

Elisabete Moreira

117. Considerando-se o estudo das políticas públicas, do problema, desenho, avaliabilidade, implementação e monitoramento, julgue os itens a seguir.

Na estruturação do desenho de uma política pública, a teoria da mudança e o modelo lógico são ferramentas analíticas intrinsecamente ligadas, porém distintas, pois enquanto a teoria da mudança se detém na representação gráfica e estrutural da alocação de insumos para a geração de produtos, o modelo lógico aprofunda-se na narrativa das hipóteses causais e nos pressupostos subjacentes que explicam como e por que a intervenção produzirá os impactos desejados.

118. Considerando-se o estudo das políticas públicas, do problema, desenho, avaliabilidade, implementação e monitoramento, julgue os itens a seguir.

Na avaliabilidade de um programa governamental, caso um auditor constate que o desenho do programa carece de clareza em seus objetivos ou não possui indicadores estruturados, o estudo deve recomendar a imediata execução de uma avaliação de impacto com grupo de controle para sanar tais lacunas metodológicas.

119. Considerando-se o estudo das políticas públicas, do problema, desenho, avaliabilidade, implementação e monitoramento, julgue os itens a seguir.

A etapa de definição do problema público na agenda governamental caracteriza-se pela objetividade técnica, na qual a análise das evidências e das causas manifestas delimita, de forma unívoca e inquestionável, a população elegível para a política pública, blindando o processo decisório contra a competição de narrativas e valores de atores políticos.

120. Considerando-se o estudo das políticas públicas, do problema, desenho, avaliabilidade, implementação e monitoramento, julgue os itens a seguir.

A implementação de políticas públicas está intrinsecamente sujeita à discricionariedade na linha de frente, exercida pela denominada burocracia de nível de rua, que sob a ótica contemporânea, é compreendida não como um desvio gerencial a ser eliminado, mas como um mecanismo frequentemente necessário para a adaptação das regras gerais às especificidades e complexidades dos casos concretos dos cidadãos.

121. Considerando-se o estudo das políticas públicas, do problema, desenho, avaliabilidade, implementação e monitoramento, julgue os itens a seguir.

No arranjo federativo brasileiro, a descentralização na implementação de políticas sociais, a exemplo da saúde e assistência social, é acompanhada pela utilização de parcerias e repasses fundo a fundo condicionados, que visam mitigar as profundas diferenças territoriais de capacidades institucionais, mantendo o poder de indução e coordenação normativa a cargo da União.

122. Considerando-se o estudo das políticas públicas, do problema, desenho, avaliabilidade, implementação e monitoramento, julgue os itens a seguir.

No processo de monitoramento e avaliação, a análise da relação causal deve ater-se estritamente aos efeitos pretendidos declarados no modelo lógico. A investigação sobre efeitos não pretendidos, por extrapolar o escopo formal da política, não compõe os critérios de julgamento da efetividade, devendo ser desconsiderada pelo auditor para evitar o confundimento dos indicadores.

123. Considerando-se o estudo das políticas públicas, do problema, desenho, avaliabilidade, implementação e monitoramento, julgue os itens a seguir.

Ao analisar um programa governamental de combate à desnutrição, o auditor classificou os seguintes elementos da cadeia de valor: os recursos orçamentários constituem os insumos; a distribuição mensal de cestas básicas configura a atividade; o número de famílias que efetivamente receberam os alimentos representa o impacto; e a redução dos índices de mortalidade por inanição na região é classificada como o produto da política pública.

124. Considerando-se o estudo das políticas públicas, do problema, desenho, avaliabilidade, implementação e monitoramento, julgue os itens a seguir.

A avaliação ex ante, apesar de sua natureza essencialmente prospectiva, repudia a utilização de evidências empíricas e estudos de caso pretéritos, fundamentando-se em modelagens preditivas e julgamentos normativos sobre o futuro.

125. Acerca de estratégias qualitativas, identificação causal e análise econômica em políticas públicas, julgue os itens a seguir.

Na condução de grupos focais para a avaliação qualitativa de uma política pública, o avaliador deve eximir-se de qualquer intervenção estruturada no debate, garantindo que a ausência de controle de indução permita aos participantes expressarem suas percepções de forma estatisticamente representativa e generalizável para o restante da população beneficiária.

126. Acerca de estratégias qualitativas, identificação causal e análise econômica em políticas públicas, julgue os itens a seguir.

Em estudos de caso voltados à avaliação de políticas públicas, a seleção dos casos e dos participantes deve ser, preferencialmente, aleatória e probabilística, a fim de garantir a validade externa da pesquisa e eliminar o viés de seleção por parte do avaliador.

127. Acerca de estratégias qualitativas, identificação causal e análise econômica em políticas públicas, julgue os itens a seguir.

A triangulação, técnica amplamente utilizada em estratégias de avaliação de métodos mistos, consiste no uso convergente de múltiplas fontes de evidência ou métodos e, caso ocorra divergência entre os achados quantitativos e qualitativos durante a análise de uma política social, o avaliador deverá priorizar e validar os dados quantitativos, descartando as evidências qualitativas em virtude da superioridade metodológica e maior objetividade conferida pelas métricas numéricas.

128. Acerca das conclusões, recomendações, uso dos resultados e ética da investigação em políticas públicas, julgue os itens a seguir

Na avaliação de impacto de uma intervenção governamental, a construção do contrafactual pode ser obtida de maneira precisa pela

comparação longitudinal dos indicadores de resultado do grupo beneficiário, medidos antes e depois da política. Esse método isola as variáveis de confundimento, garantindo que qualquer variação observada seja estritamente decorrente do programa auditado.

129. Acerca das conclusões, recomendações, uso dos resultados e ética da investigação em políticas públicas, julgue os itens a seguir

Na análise econômica ex post de políticas públicas governamentais, a Análise de Custo-Benefício (ACB) e a Análise de Custo-Efetividade (ACE) diferem, sobretudo, nas unidades de mensuração dos resultados alcançados. Ao contrário da ACB, que valora monetariamente tanto os insumos quanto os resultados, a ACE quantifica os custos monetários, mas expressa os resultados na forma de unidades físicas ou naturais do impacto alcançado.

130. Acerca das conclusões, recomendações, uso dos resultados e ética da investigação em políticas públicas, julgue os itens a seguir

Na validação dos resultados de uma avaliação governamental, a validade interna refere-se à capacidade empírica de generalizar os achados do estudo para outras populações ou jurisdições.

131. Acerca das conclusões, recomendações, uso dos resultados e ética da investigação em políticas públicas, julgue os itens a seguir

Na avaliação de políticas públicas, a obtenção de resultados nulos denota falha metodológica no desenho da pesquisa e, nesse caso, a equipe de auditoria deve relatar os problemas encontrados, mas pode abster-se de emitir recomendações no relatório final.

132. Acerca das conclusões, recomendações, uso dos resultados e ética da investigação em políticas públicas, julgue os itens a seguir

Ao estruturar as conclusões e as propostas de melhoria de um programa, as recomendações emitidas pela auditoria devem ser, a um só tempo, proporcionais aos riscos identificados e exequíveis pela gestão.

133. Acerca das conclusões, recomendações, uso dos resultados e ética da investigação em políticas públicas, julgue os itens a seguir

O acompanhamento dos efeitos distributivos de uma intervenção pública pressupõe que o alcance das metas globais do programa não é métrica suficiente para atestar sua equidade, devendo o avaliador investigar a heterogeneidade dos impactos, verificando se os custos e os benefícios incidiram de maneira desproporcional sobre diferentes recortes de gênero, raça, renda e território.

134. Acerca das conclusões, recomendações, uso dos resultados e ética da investigação em políticas públicas, julgue os itens a seguir

Ainda que a avaliação de políticas públicas promovida por órgãos de controle e a pesquisa científica acadêmica utilizem as mesmas metodologias quantitativas e qualitativas de coleta de dados empíricos, elas diferem essencialmente quanto à finalidade, pois a pesquisa acadêmica prioriza a produção de conhecimento inédito e generalizável, enquanto a avaliação no âmbito da auditoria possui foco utilitário e instrumental.

**AUDITORIA DE CONTRATAÇÕES,
TRANSFERÊNCIAS E EXECUÇÃO DE
RECURSOS**

Rodrigo Bet

135. Se, em auditoria sobre aquisição de equipamentos de TI por órgão federal, a CGU verificar que o estudo técnico preliminar (ETP) descreveu a necessidade e trouxe posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação, mas deixou de estimar o valor da contratação, será correto concluir que o ETP atendeu ao conteúdo mínimo obrigatório.

136. Considere que, em uma auditoria, se tenha constatado que o valor estimado de uma contratação foi obtido por pesquisa direta com três fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, com justificativa da escolha e com orçamentos obtidos até seis meses antes da divulgação do edital. Nessa situação, o procedimento adotado foi regular.

137. O critério de julgamento por maior retorno econômico, adotado em licitação voltada à redução de despesas correntes de um órgão, é utilizado exclusivamente para a celebração de contrato de eficiência.

138. Em edital de aquisição de notebooks, a indicação de determinado modelo apenas como referência, para melhor compreensão do objeto, configura direcionamento a ser apontado pela CGU, visto que a Lei nº 14.133/2021 veda a indicação de marca ou modelo nessa hipótese.

139. Em auditoria nas licitações de uma autarquia, a CGU deve considerar vedada a utilização do pregão para a contratação da obra de construção da nova sede da entidade.

- 140.** É regular a cláusula de edital que exige atestados com quantitativos mínimos de 70% das parcelas de maior relevância, assim consideradas aquelas de valor igual ou superior a 4% do valor total estimado da contratação.
- 141.** A contratação de empresa para assistir e subsidiar o fiscal de um contrato de manutenção predial transfere a ela a responsabilidade pela fiscalização, de modo que o fiscal fica eximido dessa responsabilidade.
- 142.** A lavratura do termo de recebimento definitivo de uma obra exclui a responsabilidade civil do contratado pela solidez e pela segurança da obra.
- 143.** Considere que a CGU tenha identificado pagamento feito fora da ordem cronológica, com prévia justificativa da autoridade competente e posterior comunicação ao controle interno e ao tribunal de contas, para evitar a descontinuidade de serviço imprescindível às atividades finalísticas do órgão. Nessa situação, a alteração da ordem é admitida pela lei.
- 144.** Em contrato de reforma de edifício, a Administração pode impor ao contratado, unilateralmente, supressão de até 50% do valor inicial atualizado.
- 145.** Em contrato de vigilância com dedicação exclusiva de mão de obra, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro se dá por repactuação, mediante demonstração analítica da variação dos custos.
- 146.** Constatado atraso superior a dois meses, contado da emissão da nota fiscal, nos pagamentos devidos pela Administração, o contratado tem direito à extinção do contrato.
- 147.** Em auditoria em parcerias com organizações da sociedade civil, a CGU deve considerar adequada a formalização por termo de fomento de parceria proposta pela própria Administração e que envolva transferência de recursos.
- 148.** Termos de fomento que envolvam recursos de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais são celebrados sem chamamento público.
- 149.** Constitui indício de fracionamento indevido da despesa a existência, identificada por cruzamento de dados, de várias dispensas por valor realizadas pela mesma unidade gestora, no mesmo exercício e para objetos do mesmo ramo de atividade, cujo somatório supere o limite legal.
- 150.** Caracteriza sobrepreço a situação, constatada em inspeção física, em que as quantidades medidas e pagas sejam superiores às efetivamente executadas.
- 151.** Caso o cruzamento de bases revele que um licitante, pessoa física, é sobrinho do servidor designado para fiscalizar o futuro contrato, esse licitante estará impedido de disputar a licitação.
- 152.** Ao constatar simples impropriedade formal em contratação de órgão federal, a CGU, como integrante da terceira linha de defesa, deve remeter cópia dos documentos ao Ministério Público para a apuração de ilícitos.

**INTEGRIDADE, TRANSPARÊNCIA E
RESPONSABILIZAÇÃO APLICADAS AO
CONTROLE PÚBLICO***Rodrigo Rennó*

- 153.** A definição das respostas de controle pode apoiar-se na integração de manifestações de ouvidoria, de dados de transparência, de achados de auditoria e de informações correcionais, articulando governança, riscos e controles.
- 154.** Diante de uma irregularidade, a resposta de controle adequada é sempre a responsabilização sancionadora, não cabendo a adoção de medidas de natureza preventiva ou corretiva.
- 155.** Na análise de pedidos de acesso à informação, aplicam-se de forma articulada a LAI e a LGPD; identificada parcela sigilosa ou informação pessoal no documento, admite-se o acesso parcial, com a devida motivação da restrição.
- 156.** A anonimização de dados pessoais elimina por completo o risco de reidentificação, de modo que dados anonimizados podem ser divulgados sem qualquer salvaguarda adicional.
- 157.** A escuta de usuários e de não usuários, a representatividade e a existência de barreiras de acesso e de subnotificação são elementos relevantes na análise das manifestações para orientar o controle e aperfeiçoar os serviços.
- 158.** A proteção do denunciante inclui salvaguardar sua identidade desde o recebimento do relato, por meio de práticas como pseudonimização e acesso por necessidade de conhecer, admitida a revelação apenas nas condições legais.
- 159.** Constatada a prática de retaliação contra denunciante, cabe apenas a adoção de medidas

reparadoras posteriores, sendo incabíveis medidas preventivas ou protetivas.

- 160.** Para avaliar um programa de integridade, basta constatar a existência formal de seus instrumentos, sendo dispensável verificar a sua implementação e a sua efetividade.
- 161.** A avaliação da integridade dispensa o diagnóstico de riscos, bastando aferir a maturidade dos mecanismos de forma padronizada, independentemente do contexto e da capacidade institucional da organização.
- 162.** A análise de conflitos de interesses, de impedimentos, de favorecimento e do exercício de atividade privada integra a avaliação da integridade, abrangendo medidas de prevenção, de orientação e de tratamento.
- 163.** O juízo de admissibilidade qualifica as notícias de irregularidade e pode resultar em arquivamento fundamentado, em investigação ou na instauração de processo.
- 164.** A responsabilização da pessoa jurídica por atos lesivos à administração pública, nos termos da Lei Anticorrupção, é objetiva, dependendo da demonstração do ato lesivo e do interesse ou benefício da pessoa jurídica, independentemente de dolo ou culpa.
- 165.** O achado de controle, por si só, equivale à imputação de responsabilidade ao agente, dispensando o contraditório e a valoração da prova.
- 166.** O processo administrativo disciplinar (PAD) e o processo administrativo de responsabilização de pessoas jurídicas (PAR) submetem-se a requisitos de cabimento, instrução e decisão, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

- 167.** O acordo de leniência pressupõe a colaboração efetiva da pessoa jurídica e a assunção de obrigações, inclusive de integridade, produzindo os efeitos e observados os limites previstos em lei.
- 168.** A aplicação de sanção administrativa à pessoa jurídica afasta, automaticamente, o dever de reparar o dano causado ao erário.
- 169.** Os resultados de manifestações, de avaliações e de apurações encerram-se com a conclusão do respectivo processo, não havendo necessidade de convertê-los em planos de ação ou em medidas de melhoria da gestão.
- 170.** A redução no número de irregularidades detectadas indica, necessariamente, a efetiva redução de sua ocorrência nas atividades da organização.
-

QUESTÃO DISCURSIVA 1

O Decreto 9.203/2017 inclui a integridade entre os princípios da governança pública e obriga os órgãos e as entidades da administração federal direta, autárquica e fundacional a instituir programa de integridade. O Decreto 11.529/2023 estendeu à transparência e ao acesso à informação o sistema federal que articula essas ações. Apesar da valorização crescente desses programas, a implementação ainda esbarra em obstáculos práticos e culturais.

Considerando o tema tratado no texto acima, redija uma questão discursiva que responda ao(s) seguinte(s) tópico(s):

- a) Indique as finalidades do programa de integridade dos órgãos e entidades públicos e os eixos que o estruturam, diferenciando o papel dos dirigentes máximos do papel da área de integridade.
- b) Analise de que modo a cultura organizacional, a conduta da liderança e a confiança nos canais de relato condicionam a efetividade das medidas de integridade.
- c) Diferencie baixa ocorrência de baixa detecção de desvios e avalie se a escassez de denúncias basta para atestar o bom funcionamento do programa, indicando evidências que permitam essa leitura e o uso delas na revisão do programa.

Resposta em até 30 linhas

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO DISCURSIVA 2

Entre março e abril de 2026, uma equipe do órgão de controle interno, coordenada por Helena Prado, auditou as demonstrações contábeis de 2025 de uma autarquia federal de pesquisa agropecuária, aprovadas pelo conselho deliberativo em 27/2/2026. A equipe fixou a materialidade global em R\$ 6.000.000,00, e o ativo total em 31/12/2025 era de R\$ 420.000.000,00.

Os equipamentos de laboratório, comprados por R\$ 84.000.000,00 e em uso desde janeiro de 2024, têm vida útil de dez anos, sem valor residual, e depreciação linear, segundo a política contábil da autarquia. Após a troca do sistema patrimonial, em janeiro de 2025, nenhuma depreciação desses bens foi lançada no exercício, o que a equipe confirmou nos relatórios do sistema e nos registros contábeis. No almoxarifado da regional de Porto Velho (RO), com saldo de R\$ 7.200.000,00, um alagamento em 14/1/2026 destruiu as fichas de controle, os registros de movimentação de 2025 e as cópias das notas de compra, e a equipe não encontrou outro meio de confirmar as quantidades em estoque em 31/12/2025.

A nota explicativa 14 descreve a ação ajuizada em agosto de 2025 pelo Consórcio Serra Azul, que cobra R\$ 52.000.000,00 pelo reequilíbrio de um contrato de obra. O processo está em fase de perícia, e a equipe conferiu que a nota traz o valor e o andamento informados pela procuradoria, que considera o desfecho incerto. As demonstrações apresentam, para comparação, os saldos de 2024, exercício que não foi auditado.

Na reunião de encerramento do trabalho de campo, em 30/4/2026, o presidente da autarquia, Otávio Brandão, pediu que a falta de depreciação fosse tratada em parágrafo à parte no relatório, sem reflexo na opinião, com remissão a uma nota explicativa a ser incluída nas demonstrações, e informou que o lançamento seria feito em 2026.

Com base na situação hipotética, redija uma questão discursiva que responda ao(s) seguinte(s) tópico(s):

- Classifique as situações relativas aos equipamentos de laboratório e ao almoxarifado de Porto Velho quanto à natureza do assunto, à relevância e ao alcance dos efeitos sobre as demonstrações, interpretando os valores envolvidos em comparação com a materialidade global e o ativo total.
- Examine a ação movida pelo Consórcio Serra Azul e a apresentação dos saldos de 2024, avaliando se cada um desses fatos repercute na opinião ou no conteúdo do relatório.
- Determine o tipo de opinião a ser emitida sobre as demonstrações de 2025 e indique em que seções do relatório os fatos narrados devem ser tratados.
- Avalie o pedido de Otávio Brandão e indique como a equipe deve proceder, inclusive quanto às comunicações a fazer antes da emissão do relatório.

Resposta em até 60 linhas

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Folha de Resposta

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado. Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos.
Clique no link!*

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
